



PREFEITURA MUNICIPAL DE VIRGINÓPOLIS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.307.512/0001-60



EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 073/2025
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2025

(Regido pela Lei nº 14.133/21, Lei Complementar nº 123/06, Decreto Federal e Decreto Municipal, e demais legislação complementar).

CRITÉRIO DE JULGAMENTO DO TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS, PROTETOR E CÂMARA PARA TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE VIRGINÓPOLIS/MG

MODO DE DISPUTA: ABERTO

SESSÃO PÚBLICA PARA DISPUTA DE LANCES

DIA: 18 de agosto de 2025

HORA: 09h30min (Horário de Brasília – DF)

SITE: <https://licitar.digital/>

LOCAL, DIAS E HORÁRIOS PARA LEITURA OU OBTENÇÃO DESTE EDITAL

DIAS: Segunda a Sexta-feira (em dias de expediente)

HORÁRIOS: Das 08h00min às 17h00min - Horário local.

LOCAL: Prefeitura Municipal de Virginópolis/ MG – Rua Felix Gomes, 290, Centro – SALA DE LICITAÇÕES

RETIRADA DE EDITAIS PELA INTERNET

Retire o Edital acessando a página <https://licitar.digital/> ou <https://virginopolis.mg.gov.br/> Local “ Licitações” ou solicitando pelo e-mail: licitacao@virginopolis.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE VIRGINÓPOLIS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.307.512/0001-60



EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO N° 073/2025
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 018/2025

PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE VIRGINÓPOLIS/MG inscrita no CNPJ n.º 18.307.512/00001-60 através da Pregoeira designada pela Portaria n° 032/2025, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO – PARA REGISTRO DE PREÇOS, tendo por objeto o **Registro de preço para futura e eventual aquisição de pneus, protetor e câmara para todas as secretarias do município de Virginópolis/MG**, com critério de julgamento do tipo “**MENOR PREÇO POR ITEM**”, com modo disputa Aberto, nos termos da Lei Federal n° 14.133/2021, Decreto Municipal e legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Os trabalhos serão conduzidos pela Pregoeira oficial e Equipe de Apoio, integrada pela mesma portaria, conforme anexada aos autos do procedimento e regido pela Lei n° 14.133/21, Lei Complementar n° 123/06, Decreto Federal e Decretos Municipais, demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas pelo presente Edital.

O Edital e seus anexos poderão ser obtidos gratuitamente no site da Prefeitura Municipal de Virginópolis/MG, por meio do Portal da Transparência, no endereço eletrônico <https://virginopolis.mg.gov.br/licitacoes/1>, através do e-mail licitacao@virginopolis.mg.gov.br, no portal www.licitardigital.com.br ou presencialmente na sede da Prefeitura, em dias e horários de expediente, a partir da data de sua publicação.

O PREGÃO ELETRÔNICO será realizado em sessão pública, via INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos por servidor integrante do quadro da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, denominada Pregoeira e equipe de apoio, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo, constante da plataforma LICITAR DIGITAL - licitações online – <https://licitar.digital/>.

Qualquer alteração no Edital, como erratas, adendos, suspensões ou revogações, deverá ser consultada pelos interessados diretamente no portal Licitar Digital e no site da Prefeitura Municipal <https://virginopolis.mg.gov.br/licitacoes/1>.

A Administração não se responsabiliza pelo não recebimento de notificações via e-mail ou pela falta de consulta ao site por parte dos licitantes, o que pode resultar no desconhecimento de eventuais avisos publicados.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

Recebimento das propostas: A partir da publicação.

- **DO ENCERRAMENTO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** 18 de agosto de 2025 às 09h15min.

- **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE LANCES:** 18 de agosto de 2025 às 09h30min.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília.

Endereço eletrônico da disputa: <https://licitar.digital/>

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente licitação o **Registro de preço para futura e eventual aquisição de pneus, protetor e câmara para todas as secretarias do município de Virginópolis/MG**. A contratação seguirá as especificações do edital, seu Termo de Referência e demais anexos deste edital.

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2. Poderão participar deste Pregão as empresas legalmente constituídas que tenham condições de atender o objeto do certame e que comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos neste Edital e seus Anexos.

2.1. Não poderão participar do presente certame a empresa:



- 2.2.1. Empresa suspensa de participar de licitação e impedida de contratar com o Município, durante o prazo da sanção aplicada;
- 2.2.2. Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;
- 2.2.3. Empresa impedida de licitar e contratar com o Município, durante o prazo da sanção aplicada;
- 2.2.4. Empresa proibida de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei n.º 9.605/1998;
- 2.2.5. Empresa proibida de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei n.º 8.429/1992;
- 2.2.6. Quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 9º, §1º, da Lei n.º 14.133/2021;
- 2.2.6.1. Entende-se por “participação indireta” a que alude o art. 9º §1º, da Lei n.º 14.133/2021 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.
- 2.2.7. Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
- 2.2.8. Empresa cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;
- 2.2.9. Empresa que se encontre em processo de dissolução ou falência;
- 2.2.10. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
- 2.3. Os licitantes deverão estar previamente cadastrados na plataforma de licitações, o qual poderá ser realizado em www.licitardigital.com.br
- 2.4. A observância das vedações supra é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.
- 2.5. A Participação na presente licitação implica a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste edital, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do procedimento.

3. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

- 3.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o Ato Convocatório deste Pregão, devendo protocolizar o pedido diretamente pelo site <https://licitar.digital/>, no local específico dentro do processo licitatório em análise - cabendo a Pregoeira decidir sobre a petição no prazo de 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 3.1.1. Caso seja acolhida a impugnação contra o Ato Convocatório, será designada nova data para a realização do Certame.
- 3.2. Decairá do direito de impugnar os termos deste edital, por falhas ou irregularidades, o proponente/licitante que não o fizer até o 3º (terceiro) dia útil que anteceder à data de realização da sessão pública do Pregão, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.
- 3.3. A impugnação feita tempestivamente pelo proponente/licitante não o impedirá de participar do Certame.

4. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA E DA EFETIVA PARTICIPAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE VIRGINÓPOLIS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.307.512/0001-60



4.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases.
4.2. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados na participação do Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas através do sítio da Plataforma de Licitações do LICITAR DIGITAL <https://licitar.digital/>.

4.3. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como, seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Município de Virginópolis, ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido do acesso.

4.4. O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4.5. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal do credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços e documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando data e horário limite estabelecido.

4.6. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

4.7. COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO, A LICITANTE ASSINALARÁ “SIM” OU “NÃO” EM CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA ELETRÔNICO, RELATIVO ÀS SEGUINTE DECLARAÇÕES:

() Declaro que não incorro nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21.

() Declaro que atendo aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21.

() Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21.

() Declaro que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.

() Declaro que minha proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21.

() Declaro que estou ciente do edital e concordo com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21;

() Declaro para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei nº 14.133/21, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.

() Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.

() Declaro para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/Cooperativa, conforme a Lei Complementar nº 123/2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto,



portanto, a exercer o direito de preferência. () Sim, ME () Sim, EPP () Não, outros enquadramentos

4.8. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Nos termos do § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, é facultada a inversão das fases licitatórias, desde que expressamente prevista no edital e acompanhada de fundamentação que demonstre os benefícios decorrentes. Dessa forma, este edital estabelece que a apresentação da proposta comercial e dos documentos de habilitação ocorra de forma simultânea, conforme previsão expressa nos itens 5.1 e seguintes.

5.2. Essa exigência de apresentação da proposta comercial e dos documentos de habilitação de forma simultânea visa garantir maior celeridade ao certame e eficiência administrativa, reduzindo a tramitação processual e permitindo que, após a fase de lances, a Administração disponha imediatamente das propostas e dos documentos de habilitação, agilizando a análise e a tomada de decisão, nos termos do art. 5º da Lei nº 14.133/2021. Além disso, a medida favorece a previsibilidade e reduz o risco de impugnações por critérios de julgamento não previamente analisados.

5.3. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.4. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha intransferíveis.

5.5. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.7. Após a abertura da sessão, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo resultante de fato superveniente e aceito pela Pregoeira, sujeitando-se o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

5.8. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de lances e julgamento da proposta.

5.9. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da Pregoeira e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5.10. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, no prazo definido pela Pregoeira, sob pena de inabilitação.

5.11. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

5.11.1. Nestes casos, a licitante deverá encaminhar a documentação original ou a cópia autenticada exigida, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data da solicitação da Pregoeira, via sistema.



5.12. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

5.13. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por Tradutor Juramentado, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

5.14. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no chat a nova data e horário para a continuidade da mesma.

5.15. O licitante será:

- a) Desclassificado caso não apresente a proposta no momento exigido;
- b) Inabilitado caso não comprove sua habilitação por ausência ou desconformidade dos documentos exigidos neste edital.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- 1) Valor unitário e total do lote e seus itens;
- 2) Marca, Modelo dos produtos ofertados, sob pena de inabilitação caso não mencione a MARCA e MODELO.
- 3) Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável: modelo, prazo de garantia etc.

4) Declarado vencedor, fica de IMEDIATO convocado aos vencedores a apresentação das amostras dos pneus no prazo de 05 dias úteis no setor de transporte deste município em horário de expediente, correspondente a marca e o modelo da proposta, a não apresentação insurgirá na inabilitação da proposta vencedora e nova convocação das empresas remanescentes para apresentarem no mesmo prazo. Após verificação das amostras as empresas serão intimadas a coletarem as amostras.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam à adjudicatária.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.4.1. A omissão de qualquer despesa necessária ao perfeito cumprimento do objeto deste certame será interpretada como não existente ou já incluída no preço, não podendo o licitante pleitear acréscimo após abertura da sessão pública.

6.4.2. É de inteira responsabilidade do licitante obter dos órgãos competentes informações sobre a incidência ou não de tributos de qualquer natureza relativos ao objeto desta licitação, nos mercados interno e/ou externo, não se admitindo alegação de desconhecimento de incidência tributária, ou, outras correlatas.

6.5. O prazo de validade da proposta é fixado em 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

6.7. No caso de alguma inconsistência no descritivo dos itens entre o Edital e o constante na plataforma do pregão Eletrônico, (Licitar Digital) deverá ser considerado o descritivo do Edital.



6.8. Os documentos listados no item da HABILITAÇÃO deverão ser anexados no sistema juntamente com a proposta, previamente à abertura da sessão pública e sua ausência ensejará em desclassificação.

6.9. O Prazo de entrega dos pneus e demais itens desse certame, será de até 05 (cinco) dias úteis, podendo tal prazo ser prorrogado por solicitação da contratada, aceita segundo conveniência e oportunidade da contratante.

7. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1. Da Habilitação Jurídica

7.1.1.0 Registro comercial no caso de firma individual;

7.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou **contrato social** e última alteração (se houver) em vigor, devidamente registrado, onde se possa identificar o administrador, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos que comprovem a eleição de seus administradores;

7.1.3. Em caso de representação por pessoa física que não seja do quadro societário da empresa, para fins da assinatura de ata e contrato e demais documentos pertencentes ao ato convocatório, deverá apresentar procuração, instrumento público ou qualquer documento que institua o mesmo, com firma reconhecida.

7.1.4. Comprovante de inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova da composição da diretoria em exercício;

7.1.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.1.6. Para fins de gozo dos benefícios dispostos na Lei Complementar no 123/2006, as microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) definidas, respectivamente, nos Incisos I e II do Art. 3º, da Lei Complementar no. 123/2006, interessadas em participar desta licitação, deverão apresentar acompanhado da proposta de preços corrigida e documentos comprobatórios de habilitação, CERTIDÃO DE ENQUADRAMENTO como microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) expedida pela JUNTA COMERCIAL DO ESTADO OU CERTIDÃO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA, emitida por Cartório de Registro de Títulos e Documentos.

OBS: A falta de apresentação da certidão de enquadramento caracteriza a não opção pelos benefícios da Lei Complementar No. 123/2006. Será aceita a referida certidão que expresse respectiva validade, desde que em vigor, ou, quando não declarada sua validade pelo emitente, expedida a 60 (sessenta) dias, no máximo, da data designada para apresentação das propostas.

7.2. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

7.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoal Jurídica, através do cartão do **CNPJ**, que também servirá para fins de comprovação do enquadramento como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte;

7.2.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal relativa a Tributos Federais e à dívida Ativa da **União** e prova de regularização perante o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, através de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, conforme Portarias MF 358 e 443/2014;

7.2.3. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda **Pública Estadual**;

7.2.4. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, **Cartão de Inscrição Estadual**, (se houver);

7.2.5. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública **Municipal** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;

7.2.6. Prova de regularidade fiscal perante ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF - **FGTS**), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;



7.2.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de **Débitos Trabalhistas** (CNDT) e/ou, no caso de estarem os débitos garantidos por penhora suficiente ou com a exigibilidade suspensa, será aceita a Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, que tenha os mesmos efeitos da CNDT;

7.3. HABILITAÇÃO COMPLEMENTAR

7.3.1. Mínimo de 01 (um) Certificado/**Atestado** que comprove que o licitante tenha executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresas privadas, comprovando que o licitante tenha realizado atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação;

7.3.2. Certificado de Regularidade junto ao **IBAMA** – Cadastro Técnico Federal, em nome Fabricante ou Importador, cadastro de fabricação de pneus e similares, nos termos fundamento na Resolução CONAMA nº 416/2009 bem como Instrução Normativa IBAMA nº 01/2010, do Ministério do Meio Ambiente, para os proponentes fornecedores de pneus. O não atendimento a esta exigência resultará na inabilitação da proposta, conforme entendimento do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE/MG), na decisão referente à denúncia nº 1007873 e AI837832-MG do Supremo Tribunal Federal, quando aplicável.

7.3.3. O licitante deverá apresentar a **Licença de Operação (LO)** para a execução da atividade pertinente ao objeto desta licitação, expedida por órgão ambiental competente e válida na data da apresentação da proposta. A licença deverá estar emitida em nome do fabricante ou importador, não sendo exigida para comércio varejista ou atacadista de pneumáticos; somente do fabricante e importador. O não cumprimento desta exigência implicará a desclassificação da proposta.

7.3.4. Apresentação do **Certificado do INMETRO** correspondente às marcas ofertadas, dentro do prazo de validade, garantindo a conformidade com os padrões mínimos de qualidade exigidos no edital e considerando os custos indiretos associados ao ciclo de vida do objeto licitado, quando objetivamente mensuráveis.

7.3.5. **Certidão Negativa Correccional (ePAD, CGU, CEIS, CNEP e CEPIM)**. A Certidão Negativa Correccional deve ser obtida por meio do portal oficial da Controladoria-Geral da União (CGU), disponível em <https://certidoes.cgu.gov.br/>.

7.3.5.1. A consulta aos cadastros deverá ser realizada em nome da empresa licitante e de seu SÓCIO ADMINISTRADOR, conforme disposto no artigo 12 da Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), que estabelece, entre as sanções aplicáveis ao responsável por atos de improbidade, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por meio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

7.3.5.1.1. Se a consulta, realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio administrador, identificar restrições ou pendências que não impeçam definitivamente a contratação com o Poder Público, os registros serão encaminhados para análise. O licitante será notificado para apresentar esclarecimentos e documentação, garantindo o contraditório e a ampla defesa. Se não houver irregularidades impeditivas, a restrição será revertida e a habilitação prosseguirá.

7.4. Relativos a Qualificação Econômica Financeira

7.4.1. Certidão Negativa de **Falência ou Concordata**, ou liquidação extrajudicial ou de execução patrimonial, expedida pelo(s) distribuidor (es) judicial (is) da sede da empresa, em data não superior a 03 (três) meses da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento.

OBS: Caso não seja possível a conferência do documento em link específico, a autenticidade do documento facilitará o andamento processual.



7.4.2. Na Hipótese de Certidão de recuperação Judicial positiva, a licitante interessada deverá, acompanhado da certidão, apresentar comprovação de homologação judicial do Plano de Recuperação, sob pena de Inabilitação.

7.4.3. **Balanco patrimonial**, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos **02 (dois) últimos exercícios sociais**. Apresentados na forma da Lei, registrados em junta comercial do Estado ou SPED. Correspondente e acompanhado do cálculo demonstrativo de boa situação econômico-financeira da licitante, consubstanciada nos índices: de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um); devidamente registrado no órgão competente. As MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE não estão dispensadas de sua apresentação nos mesmos termos. Vedada a apresentação de balancetes.

7.4.3.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

Informação 01 – A verificação, pelo órgão ou entidade promotora do certame, das certidões emitidas nos sítios eletrônicos oficiais dos órgãos e entidades competentes constitui meio legal de comprovação para fins de habilitação.

Informação 02 – Certidões que não apresentem prazo de validade exposto no documento serão consideradas válidas por 90 (noventa) dias a partir da data de sua emissão.

Informação 03 – A Comissão de Licitação e a Pregoeira Oficial não se responsabilizam por eventuais falhas ou erros no envio de documentos por meio da plataforma Licitar Digital, sendo de inteira responsabilidade da licitante garantir a correta anexação dos arquivos.

Informação 04 – Em caso de dúvidas ou necessidade de esclarecimentos sobre o envio e manuseio do sistema eletrônico, a licitante deverá entrar em contato diretamente com a empresa Licitar Digital pelos seguintes canais:

- Site: www.licitardigital.com.br
- E-mail: contato@licitardigital.com.br
- Telefone: (31) 3191.0707

Informação 05 – Documentos que não sejam registrados em sites oficiais deverão ser devidamente registrados em cartório competente.

9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMAÇÃO DOS LANCES

9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

9.1.1. Durante a sessão pública, a comunicação entre a Pregoeira e os licitantes ocorrerá exclusivamente pelo sistema eletrônico, (chat) não sendo aceito nenhum outro tipo de contato, como meio telefônico ou e-mail.

9.2. A Pregoeira verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou que não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência e demais peças que compõe esse edital.

9.3. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

9.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

9.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VIRGINÓPOLIS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.307.512/0001-60



- 9.7. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 9.8. O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo.
- 9.9. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 9.10. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 9.11. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 5,00 (cinco reais)**.
- 9.12. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 9.13. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 9.14. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 9.15. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 9.16. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá a Pregoeira, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 9.17. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pela Pregoeira.
- 9.18. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 9.19. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 9.20. No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 9.21. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a Pregoeira persistir por tempo superior a 10 minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 9.22. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 9.23. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, o sistema identificará as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006.
- 9.24. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 9.25. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira



PREFEITURA MUNICIPAL DE VIRGINÓPOLIS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.307.512/0001-60



colocada, no prazo de 3 (três) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

9.26. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.27. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.28. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

9.29. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no item I do art. 60 da Lei nº 14.133/21, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

9.29.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

9.29.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

9.29.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

9.29.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

9.29.5. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

9.29.6. Empresas brasileiras;

9.29.7. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

9.29.8. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

9.30. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

9.31. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a Pregoeira deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

9.32. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.33. Quando houver apenas um item por lote, o sistema ao final da sessão de disputa automaticamente atualizará a proposta do fornecedor pelo melhor lance ofertado. No entanto quando se tratar de mais de um item por lote a Pregoeira solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie, através do sistema, a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.



9.34. Após a negociação do preço, a Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. Encerrada a etapa de negociação, a Pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

10.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

10.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

10.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

10.5. A Pregoeira poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

10.6. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pela Pregoeira por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pela Pregoeira.

10.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a Pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

10.7.1. Se tratando de Item, a desclassificação de um único item não implicará na desclassificação da proposta, ou seja, a proposta somente será aceita se atender aos requisitos para todos os itens

10.8. Havendo necessidade, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

10.9 A Pregoeira deverá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

10.10. Também nas hipóteses em que a Pregoeira não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

10.11. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes pelo “chat”.

11. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

11.1. Para julgamento, será adotado o critério de MENOR PREÇO POR ITEM, observados o valor máximo aceitável, os prazos para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e qualidade e demais condições definidas neste Edital.

11.2. A Pregoeira anunciará o licitante detentor da proposta ou lance de menor valor/ maior vantajosidade imediatamente após a fase de aceitação das propostas ou, quando for o caso, após negociação e decisão pela Pregoeira acerca da aceitação do lance de menor valor/ mais vantajoso.

11.2.1. Após rodada final de todos os itens, pregoeira poderá solicitar ao Licitante Vencedor, os Catálogos/folders do Fabricante ou Importador, em língua portuguesa (Brasil), com a descrição dos pneus a serem adquiridos; vedado apresentação de catálogos copiados de sites de internet ou montados por importadores sem fonte de pesquisa de sua autenticidade (direto do seu fabricante). No caso de pneus de origem IMPORTADA, os catálogos deverão ser de seus fabricantes traduzidos em língua portuguesa (Brasil) com a fonte de pesquisa de sua autenticidade, que validará as



informações técnicas e descritivas dos pneus novos. Caso solicitado pela pregoeira deverá apresentar, dentro do prazo estipulado pela Pregoeira, devendo ser indicando a qual item pertence (não sendo aceito envio de catálogos ou folders sem identificação de qual item corresponde na proposta).

11.3. Se a proposta de menor valor/menor vantagem não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, a Pregoeira poderá examinar a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procederá a verificação das condições habilitatórias do proponente, na ordem de classificação, ordenada e sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

11.3.1. Havendo indicação de que a proposta apresentada seja inexequível, caberá a Pregoeira realizar as diligências para aferir a demonstração da exequibilidade da proposta, ou exigir do licitante a demonstração.

11.3.2. Será considerada inexequível a proposta que não tenha demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos da contratação são coerentes com os de mercado.

11.4. No caso de discordância entre valores numéricos e por extenso, prevalecerão estes últimos e, entre preços unitários e totais, os primeiros.

11.5. Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.

11.6. Serão desclassificadas as propostas que:

11.6.1. contiverem vícios insanáveis;

11.6.2. não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

11.6.3. apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

11.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

11.6.4.1. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

11.6.5. apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

11.6.6. A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

12. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA FINANCEIRA (PROPOSTA FINAL)

12.1. A Proposta Final do licitante declarado vencedor será atualizada automaticamente pelo sistema de pregão eletrônico.

12.2. O licitante vencedor deverá encaminhar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, um e-mail para licitacao@virginopolis.mg.gov.br, informando os dados bancários para fins de pagamento, incluindo o nome do banco, número da conta e agência.

13. DO RECURSO

13.1. Após as etapas de classificação e habilitação, os licitantes receberão notificação pelo sistema, para, querendo, manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, obrigatoriamente via sistema eletrônico, com registro em ata da síntese das suas razões, sendo que o recurso terá efeito suspensivo.

13.1.1. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, no momento da sessão pública deste Pregão, implica decadência desse direito, ficando a Pregoeira autorizada a adjudicar o objeto à LICITANTE VENCEDORA.

13.2. Havendo quem se manifeste, caberá a Pregoeira verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

13.2.1. Nesse momento a Pregoeira não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.



13.2.2. A falta de apresentação das razões de recurso, em campo próprio do sistema, também importará a decadência do direito de recurso e, via de consequência, a adjudicação do objeto da licitação à LICITANTE VENCEDORA.

13.3. A recorrente que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias úteis, ficando as demais LICITANTES, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

13.4. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.5. Caberá a Pregoeira receber, examinar e decidir os recursos, no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhando à autoridade competente, devidamente informados, quando mantiver a sua decisão

13.5.1. A autoridade competente deverá proferir a sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis contados a partir do recebimento dos autos.

13.5.2. O recurso será conhecido pela Pregoeira, se for tempestivo, se tiver fundamentado conforme as razões manifestadas no final da sessão pública, se estiver de acordo com as condições deste Edital e se atender às demais condições para sua admissibilidade.

14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da Pregoeira, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

14.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

15. DO CADASTRO DE RESERVA

15.1. Após a adjudicação do objeto será encaminhado e-mail aos demais licitantes para que, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, manifestem o interesse em integrar o cadastro reserva.

15.2. Caso convocados, os interessados devem acessar o sistema para declarar seu interesse em integrar o cadastro reserva, comprometendo-se a cotar os preços unitários iguais aos do licitante vencedor, na sequência de classificação do certame originário, ou aos seus melhores preços ofertados no certame originário.

15.3. Havendo um ou mais licitantes que aceitarem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

15.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada caso o melhor colocado no certame tenha seu registro cancelado ou nos casos de não assinatura do contrato.

15.5. A apresentação das novas propostas e a análise dos documentos de habilitação, decorrentes da manifestação de interesse em integrar o cadastro reserva, será feita em momento posterior, se houver necessidade de convocar os integrantes do cadastro reserva.

16. DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DA ATA SRP – TERMO DE COMPROMISSO

16.1. Findo o processo licitatório, a empresa vencedora será convocada via sistema eletrônico e e-mail a assinar o termo de compromisso, que obedecerá ao modelo anexo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da convocação emitida pelo Setor, sob pena de decair do direito à contratação.



16.2. O subitem acima deverá ser desconsiderado caso seja outra a decisão da autoridade competente que não a homologação do processo licitatório ou outra for sua decisão.

16.3. Caso a licitante vencedora não atenda ao prazo previsto no item 16.1, ensejará a aplicação das sanções estabelecidas no item sanções administrativas deste instrumento, reservando-se o ADJUDICANTE, o direito de convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto ao preço, ou revogar a licitação, independentemente das sanções previstas para a licitante vencedora neste instrumento.

16.4. Alternativamente à assinatura via Portal, a Administração poderá encaminhar o contrato, mediante correspondência eletrônica, para assinatura eletrônica avançada, devendo ser assinada no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sujeitando -se às penalidades previstas.

16.5. O prazo previsto nos subitens 16.1. e 16.4. poderá ser prorrogado, por igual período, por discricionariedade da Administração ou por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

16.6. Previamente à assinatura do contrato pela Administração, será realizada consulta ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual e extraída a Certidão negativa conjunta TCU (Licitante inidôneos), CNJ (CNIA Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade), Portal da Transparência (CEIS Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas), Portal da Transparência (CNEP Cadastro Nacional de Pessoas Punidas), obtida através do link: Certidões Administração Pública Federal (tcu.gov.br), para identificar possível impedimento relativo ao licitante vencedor, cujo comprovante será anexado ao processo.

16.7. Se o adjudicatário, quando da assinatura do contato, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, poderá ser convocado outro licitante desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar o contrato, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

17. DO PRAZO PARA VIGÊNCIA DA ATA DE SRP

17.1. O prazo de vigência do termo de compromisso será de 12 (doze) meses a partir da publicação da data de sua assinatura ou da publicação no Diário Oficial dos Municípios e poderá ser prorrogado, por igual período, a critério da Administração, desde que comprovado o preço vantajoso.

18.1. Além das obrigações legais, regulamentares e das demais constantes deste instrumento e seus anexos, obriga-se, ainda, a empresa vencedora a:

18.1.1. E-MAIL INSTITUCIONAL: É dever empresa vencedora/contratada manter durante o período de vigência do contrato/serviço, e-mail institucional, oficial, atualizado, vigente e operacional, para executar os contatos oficiais com o CONTRATANTE, para realização de contratos, adendos, renovações, notificações, ofícios e todos demais atos administrativos

18.1.2. Assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido no item DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

18.1.3. Além de suas obrigações legais, o Licitante Vencedor, obriga-se a assumir as responsabilidades por eventuais danos materiais ou morais causados ao Município de Virginópolis e à terceiros, em decorrência de sua ação ou omissão no desenvolvimento dos serviços, sem nenhuma responsabilidade ao CONTRATANTE;



18.1.4. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, no termo de referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

18.1.4.1. Efetuar a entrega dos itens, devem estar completos em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;

18.1.4.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

18.1.4.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

18.1.4.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

18.1.4.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

18.1.4.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

18.1.4.7. Atender a todas as condições descritas no Termo de Referência e no edital de licitação, devendo ser consideradas juntamente com o que estipula este documento, todas as normas publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ABNT, compreendendo:

18.1.4.8. Obedecer as normas de fornecimento de materiais, especificações, métodos de ensaio, terminologias, padronização e simbologias;

18.1.4.9. O objeto deve ser fornecido, rigorosamente, de acordo com estas Especificações Técnicas e com os documentos nelas referidos, as Normas Técnicas vigentes, as especificações de materiais descritos neste edital e no Termo de Referência;

18.1.4.10. A contratada deverá acatar as decisões, instruções e observações que emanarem da contratante, corrigindo o fornecimento, sem ônus para o contratante;

18.1.4.11. Observar o prazo mínimo de validade dos produtos fornecidos, conforme definido no Termo de Referência;

18.1.4.12. Providenciar de imediato, a correção das deficiências apontadas pelo gestor/fiscal de contrato do Município com respeito à execução do objeto, conforme exigências contidas no Termo de Referência;

18.1.4.13. Entregar os serviços ou produtos objeto do contrato dentro das condições estabelecidas e respeitando os prazos fixados, ressalvado o direito do Município em não receber produtos e serviços que não atendam os padrões de qualidades definidos por ele;

18.1.4.14. Responsabilizar-se pela qualidade dos produtos, substituindo, de imediato, aqueles que apresentarem qualquer tipo de vício ou imperfeição, ou não se adequarem às especificações constantes do Termo de Referência e anexos deste edital, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, inclusive rescisão contratual. Cumprir os prazos previstos no contrato ou outros que venham a ser fixados pelo Município;

18.1.4.15. Dirimir qualquer dúvida e prestar esclarecimentos acerca da execução do objeto, durante toda a vigência da ata de registro de preços ou contrato, a pedido do Município;

18.1.4.16. Manter, durante a vigência da ata de registro de preços e do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação ou de qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar ao Município, de imediato, qualquer alteração que possa comprometer a continuidade da contratação, bem como substituir os documentos com prazo de validade expirado;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VIRGINÓPOLIS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.307.512/0001-60



- 18.1.4.17. Observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação pátria, especialmente a indicada nos autos do processo, de modo a favorecer e a buscar a constante melhoria dos serviços e dos resultados obtidos, preservando o Município de qualquer demanda ou reivindicação que seja de exclusiva responsabilidade do Contratado;
- 18.1.4.18. Indicar na assinatura do contrato e sempre que ocorrer alteração, um preposto com plenos poderes para representá-lo, administrativa ou judicialmente, assim como para decidir acerca de questões relativas aos serviços, bem como para atender aos chamados do gestor/fiscal de contrato do Município, principalmente em situações de urgência, inclusive nos finais de semana e feriados, a partir de contato feito por meio de telefonia móvel ou outro meio igualmente eficaz;
- 18.1.4.19. Fornecer números telefônicos, endereços eletrônicos, sites ou de outros meios igualmente eficazes, para contato do gestor/fiscal de contrato do Município com o preposto, ainda que fora do horário normal de expediente, sem que isso gere qualquer custo adicional;
- 18.1.4.20. Encaminhar ao Município, juntamente com a nota fiscal/fatura, os documentos comprobatórios da manutenção das condições de habilitação ou qualificação exigidas na licitação, especialmente cópias das certidões de regularidade junto ao FGTS e à seguridade social, cuja autenticidade será confirmada nos sites dos órgãos emissores pelo gestor/fiscal de contrato do Município;
- 18.1.4.21. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura, cujas reclamações se obrigam prontamente a atender;
- 18.1.4.22. Apresentar, no ato da assinatura do contrato, dados de conta bancária da pessoa jurídica contratada, para receber os pagamentos via transferência eletrônica;
- 18.1.4.23. Responder por danos e desaparecimentos de bens patrimoniais e avarias que venham a ser causados por seus empregados ou prepostos ao Município ou a terceiros, de acordo com a Lei Federal nº. 14.133/21;
- 18.1.4.24. Ressarcir o Município do valor correspondente ao pagamento de multas, indenizações ou despesas a esta, imposta por autoridade competente, em decorrência do descumprimento pela contratada, de leis, decretos ou regulamentos relacionados aos serviços prestados;
- 18.1.4.25. Permitir ao Município exercer a fiscalização da entrega dos produtos licitados, inclusive fornecendo informações aos seus prepostos;
- 18.1.4.26. Não transferir a terceiros os itens contratados, no todo ou em parte, sem prévia autorização da Prefeitura;
- 18.1.4.27. O detentor da Ata de Registro de Preços ou o contratado não será obrigado a prestar garantia de execução contratual. No entanto, deverá cumprir com a exigência da Logística Reversa, garantindo sua aplicação durante toda a vigência do contrato de fornecimento ou prestação de serviços, conforme avaliação e indicação dos produtos inservíveis que deverão ser recolhidos pela contratada.
- 18.1.4.28. Responder integralmente pelas obrigações contratuais, nos termos do art. 70 do Código de Processo Civil, no caso de, em qualquer hipótese, os empregados da CONTRATADA intentar reclamações trabalhistas contra a Contratante.
- 18.1.4.29. Responsabilizar-se pela saúde dos funcionários, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais, fiscais, quer municipais, estaduais ou federais, bem como pelo seguro para garantia de pessoas e equipamentos sob sua responsabilidade, devendo apresentar, de imediato, quando solicitados, todos e quaisquer comprovantes de pagamento e quitação.
- 18.1.4.30. O descumprimento, injustificado do prazo fixado, do item acima para entrega de mercadorias acarretará em multa pecuniária, ficando o Contratado sujeito às penalidades previstas na Lei Federal nº. 14.133/21.



18.1.4.31. Retirar, transportar, substituir, reparar, corrigir e remover, às suas expensas, no todo ou em parte, os produtos em que se verifique danos em decorrência do transporte, bem como providenciar a substituição dos mesmos, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da notificação pela organização.

19. DAS OBRIGAÇÕES DO ADJUDICANTE

19.1. O regime jurídico desta contratação confere ao ADJUDICANTE as prerrogativas do Art. 104 da Lei nº 14.133/21.

19.2. Constituem obrigações do ADJUDICANTE, além da constante do Art. 115 da Lei nº 14.133/21, as especificadas no Edital.

19.3. Acompanhar, fiscalizar e avaliar as entregas dos objetos do termo de compromisso;

19.4. Emitir as ordens de serviços à empresa vencedora, de acordo com as necessidades, respeitando os prazos para atendimentos;

19.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo licitante vencedor;

19.6. Efetuar o pagamento na forma ajustada neste Edital e no Instrumento Contratual;

19.7. Cumprir com as demais obrigações constantes no Edital e outras previstas no Contrato.

19.8. Notificar à licitante, por escrito, qualquer irregularidade constatada, solicitando providências para a regularização das mesmas;

19.9. Receber, conferir, atestar e liberar para o setor competente, as Notas Fiscais emitidas pela ADJUDICATÁRIA, para providências de pagamento;

19.10. Efetuar o pagamento no mês subsequente referente ao fornecimento dos produtos;

19.11. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelos empregados da ADJUDICATÁRIA ou por seus prepostos;

19.12. Efetuar o pagamento desde que cumpridas todas as formalidades e exigências;

19.13. Comunicar oficialmente à ADJUDICATÁRIA quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato;

19.14. Rejeitar, no todo ou em parte, os fornecimentos em desacordo com o contrato a ser celebrado.

20. DA FISCALIZAÇÃO

20.1. A entrega dos produtos e o cumprimento do disposto neste instrumento serão fiscalizados pelo ADJUDICANTE, por intermédio da Secretária Municipal de Administração e Fazenda, que acompanhará o fornecimento, de acordo com o determinado, controlando os prazos estabelecidos para entrega do mesmo e apresentação de fatura, notificando à empresa vencedora a respeito de quaisquer reclamações ou solicitações havidas.

20.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º desta Lei, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

20.2.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

20.2.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

20.2.3. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VIRGINÓPOLIS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.307.512/0001-60



20.3. Compete ao fiscal do contrato, observado o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 2021, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato ou outro documento que vier a substituí-lo, em aspectos técnicos e administrativos, especialmente:

20.3.1. Acompanhar a execução contratual em seus aspectos qualitativos e quantitativos;

20.3.2. Receber designação e manter contato com o preposto da adjudicatária, e se for necessário, esclarecer prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado;

20.3.3. Recepcionar da adjudicatária, devidamente protocolados, os documentos necessários ao pagamento, previstos no instrumento contratual e nas normas que disciplinam a execução da despesa pública, conferi-los e encaminhá-los ao gestor do contrato;

20.3.4. Conforme o caso, realizar ou aprovar a medição dos serviços ou fornecimentos efetivamente realizados, em consonância com o previsto no contrato, recebendo o objeto mediante termo assinado pelas partes;

20.3.5. Realizar, na forma do artigo 140 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;

20.3.6. Manifestar-se a respeito da suspensão da execução contratual quando solicitado;

20.3.7. Adotar medidas preventivas de controle dos contratos, tais como:

a) realização de reunião inicial com a adjudicatária para apresentação das partes, suas obrigações e esclarecer eventuais dúvidas;

b) utilização de check list, isto é, listas de verificação para a análise dos aspectos técnicos referentes à contratação;

c) elaboração de relatório periódico de acompanhamento (semanal, mensal, bimestral ou trimestral);

d) disponibilização de formulários de avaliação dos bens, reunindo sugestões e reclamações que deverão ser enviadas à adjudicatária e utilizadas para gerar melhorias no objeto;

e) promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na execução do objeto, sempre que possível com a participação de pelo menos 02 (dois) servidores ou agentes públicos, registrando em ata o conteúdo das deliberações.

20.3.7. Registrar, em livro próprio, todas as ocorrências surgidas durante a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

20.3.8. Determinar a reparação, correção, remoção, substituição, às expensas da adjudicatária, no total ou em parte, do objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

20.3.9. Rejeitar, no todo ou em parte, o fornecimento de objeto em desacordo com as especificações contidas no contrato, observado o Termo de Referência;

20.3.10. Exigir e assegurar o cumprimento das cláusulas e dos prazos previamente estabelecidos no contrato e respectivos termos aditivos;

20.3.11. Determinar por todos os meios adequados a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução contratual para a perfeita execução do objeto;

20.3.12. Formalizar notificações por escrito à adjudicatária, caso as tratativas iniciais para saneamento de eventuais irregularidades não sejam suficientes para regularização da situação, estabelecendo prazo para o cumprimento das obrigações e/ou apresentação de justificativas, sob pena de encaminhamento da documentação



para o gestor de contrato avaliar a necessidade de abertura do respectivo processo de apuração e aplicação de penalidades;

20.3.13. Em caso de descumprimento contratual e/ou quaisquer tipos de ilicitudes verificadas nas contratações sob sua responsabilidade, além de comunicar ao gestor do contrato, colher previamente as provas e reunir os indícios inerentes a sua atribuição fiscalizatória, auxiliando na instrução do processo;

20.3.20. Propor medidas que visem à melhoria contínua da execução do contrato;

21. DO PAGAMENTO

21.1. O pagamento pela efetiva entrega do objeto deste instrumento será efetuado até o 30 (trigésimo) dia, à ADJUDICATÁRIA, através da Tesouraria, mediante apresentação da Nota Fiscal correspondente, com a aceitação e atesto do responsável pelo recebimento do mesmo, observando-se ainda a ordem cronológica de pagamentos, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/21.

21.1.1. A Nota Fiscal correspondente deverá ser entregue pela ADJUDICATÁRIA diretamente ao responsável pela fiscalização que somente atestará a realização dos serviços e liberará a Nota Fiscal para pagamento quando cumpridas, pela ADJUDICATÁRIA, todas as condições pactuadas.

21.1.2. A contagem para o 30º (trigésimo), previsto no caput, só iniciar-se-á após a aceitação dos fornecimentos dos produtos pela fiscalização do Município de Virginópolis e cumprimento pela empresa de todas as condições pactuadas.

21.1.3. Para execução do pagamento, ADJUDICATÁRIA deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasura, em letra bem legível, em nome do Município de Virginópolis, informando o número de sua conta corrente e agência Bancária, bem como o número da Ordem de Compra.

21.1.4. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à ADJUDICATÁRIA e o pagamento ficará pendente até que o mesmo providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando quaisquer ônus ao Município de Virginópolis.

21.2. A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade da ADJUDICATÁRIA. 21.3. O Município de Virginópolis poderá sustar todo e qualquer pagamento do preço ou suas parcelas de qualquer fatura apresentada pela ADJUDICATÁRIA caso verificadas uma ou mais das hipóteses abaixo e enquanto perdurar o ato ou fato sem direito a qualquer reajustamento complementar ou acréscimo, conforme enunciado:

I. A ADJUDICATÁRIA deixe de acatar quaisquer determinações exaradas pelo órgão fiscalizador do Município de Virginópolis.

II. Não cumprimento de obrigação assumida, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a ADJUDICATÁRIA atenda à cláusula infringida.

III. A ADJUDICATÁRIA retarde indevidamente a entrega ou paralise os mesmos por prazo que venha a prejudicar as atividades do Município de Virginópolis.

IV. Débito da ADJUDICATÁRIA para com o Município de Virginópolis, quer proveniente da execução deste instrumento, quer de obrigações de outros contratos.

V. Em qualquer das hipóteses previstas nos parágrafos acima, ou de infração as demais cláusulas e obrigações estabelecidas neste instrumento.

21.4. Respeitadas as condições previstas neste instrumento, no caso de eventual atraso no pagamento por culpa do Município de Virginópolis, os valores devidos serão acrescidos de encargos financeiros de acordo com o índice de variação, ou por outro índice que venha lhe substituir, desde que a ADJUDICATÁRIA não tenha concorrido de alguma forma para o atraso.



21.4. A dotação orçamentária será indicada no respectivo empenho, no momento da formalização da aquisição ou contratação, uma vez que a despesa decorrerá de Ata de Registro de Preços.

22. DAS SANÇÕES E INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela ADJUDICATÁRIA ou não veracidade das informações prestadas, poderá acarretar, resguardados os preceitos legais pertinentes, sendo-lhe garantida a prévia defesa, nas seguintes sanções/infrações previstas na lei 14.133/21:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- g) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou
- h) prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

22.1.1. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas as seguintes sanções:

- a) advertência;
- a) multa;
- b) impedimento de licitar e contratar;
- c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

22.1.2. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

22.1.3. A sanção prevista no inciso I do caput deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

22.1.4. A sanção prevista no inciso II do caput deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.

22.1.5. A sanção prevista no inciso III do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.



22.1.6. A sanção prevista no inciso IV do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

22.1.7. A sanção estabelecida no inciso IV do caput deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

a) quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

b) quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

c) As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput deste artigo.

d) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

e) A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

22.1.8. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do caput do art. 156 desta Lei, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

22.1.9. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 desta Lei requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

22.1.10. Em órgão ou entidade da Administração Pública cujo quadro funcional não seja formado de servidores estatutários, a comissão a que se refere o caput deste artigo será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

22.1.11. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

22.1.12. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

22.1.13. A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

a) interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o caput deste artigo;

b) suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;



c) suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

22.1.14. Os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

23. DO REAJUSTE

23.1. Conforme as normas financeiras vigentes, não haverá reajustamento de preços, no prazo inferior a 01 (um) ano.

24. DA AMPLIAÇÃO E/OU REDUÇÃO

24.1. É admitido efetuar acréscimos ou supressões nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Registro de Preços, nos termos previstos no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

25. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

25.1. O registro do licitante vencedor será cancelado pelo órgão ou entidade gerenciadora quando:

- a) descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- b) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

25.1.1. No caso do inciso IV deste artigo, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapassar o prazo de vigência contratual, e caso não seja o órgão ou entidade gerenciadora o responsável pela aplicação da sanção, poderá o órgão ou entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, garantido o contraditório e a ampla defesa, decidir pela manutenção dos preços.

25.1.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput deste artigo será formalizado por despacho do órgão ou entidade gerenciadora, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

26. O cancelamento do contrato, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados: a) razões de interesse público;

- a) cancelamento de todos os preços registrados; ou
- b) caso fortuito ou força maior, a pedido do fornecedor.

27. DA ADESÃO

27.1. Esta administração não permitirá a adesão à Ata de Registro de Preços (SRP), por outros órgãos ou entidades.

28. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

28.1. Homologada a licitação o adjudicatário receberá autorização de fornecimento ou instrumento equivalente.

28.2. Caso o adjudicatário não preste o serviço ou forneça o(s) bem(s), objeto do certame, de acordo com a sua proposta, serão convocados os licitantes remanescentes, observada à ordem de classificação, para execução do serviço.

28.3. É facultado à PREGOEIRA ou a AUTORIDADE COMPETENTE, em qualquer fase do julgamento promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VIRGINÓPOLIS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.307.512/0001-60



- 28.4. Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para execução dos serviços, decorrentes desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.
- 28.5. Uma vez convocado, a recusa injustificada do adjudicatário em prestar os serviços, dentro do prazo estabelecido neste edital, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas
- 28.6. Na hipótese acima referida será convocado novo adjudicatário, observada a ordem de classificação nesta licitação.
- 28.7. Constituem motivos para rescisão do contrato ou instrumento equivalente, todos aqueles listados pela Lei 14.133/21, nos artigos 137 a 139.
- 28.8. A AUTORIDADE COMPETENTE poderá nas mesmas condições contratuais, realizar acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme estabelecido no art. 125.
- 28.9. Será dada vista aos proponentes interessados tanto nas propostas comerciais como dos documentos de habilitação apresentados na sessão.
- 28.9. A contratação dos itens requisitados para cada evento deverá ser precedida da requisição específica não ficando necessariamente obrigado o ADJUDICANTE a contratar todos os itens constantes no contrato, devendo o mesmo ser fornecido de forma fracionada ao mesmo.
- 28.10. É vedado à ADJUDICATÁRIA subcontratar total ou parcialmente o fornecimento sem autorização expressa da Administração.
- 28.11. A presente Licitação somente poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado; ou anulada, em todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente comprovado.
- 28.12. A PREGOEIRA, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
- 28.13. É vedado ao fornecedor retirar sua proposta ou parte dela após aberta a sessão do pregão.
- 28.14. Informações complementares que visam obter maiores esclarecimentos sobre a presente Licitação serão prestadas pela Pregoeira de forma exclusiva pela plataforma de licitações LICITA DIGITAL <https://licitar.digital/>.
- 28.15. Integram o Presente Edital:
- Anexo I – Termo de Referência;
 - Anexo II – Minuta do Termo de Compromisso (Ata de SRP).
- 28.16. Interessados poderão adquirir cópia do Edital somente via download do arquivo através do Portal Eletrônico <https://licitar.digital/> ou licitacao@virginopolis.mg.gov.br.
- 28.17. O licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Edital e seus anexos, pois o simples registro de proposta financeira junto ao sistema eletrônico de licitação utilizado, submete-a à aceitação incondicional de seus termos, independente de transcrição, bem como representa o conhecimento do objeto em licitação e a observância dos preceitos legais e regulamentares que a regem, não sendo aceita alegação de desconhecimento de qualquer pormenor.
- 28.18. No caso de eventual divergência entre o Edital de Licitação e seus anexos, prevalecerão as disposições do primeiro.
- 28.19. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VIRGINÓPOLIS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.307.512/0001-60



28.20. Cada licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, sendo-lhe exigível, ainda, em qualquer época ou oportunidade, a apresentação de outros documentos ou informações complementares que se fizerem necessários, a fim de completar a instrução do processo, conforme faculta o Art. 59, § 2º c/c art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021.

28.21. É proibido a qualquer licitante tentar impedir o curso normal do processo licitatório mediante a utilização de recursos ou de meios meramente protelatórios, sujeitando-se o autor às sanções legais e administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/21 e no Código Penal Brasileiro.

28.22. O ADJUDICANTE reserva a si o direito de revogar a presente licitação por razões de interesse público ou anulá-la, no todo ou em parte por vício ou ilegalidade, bem como prorrogar o prazo para recebimento das propostas e/ou sessão de lances, desqualificar qualquer licitante ou desclassificar qualquer proposta, caso tome conhecimento de fato que afete a capacidade financeira, técnica ou comercial da licitante, sem que isto gere direito à indenização ou ressarcimento de qualquer natureza.

28.23. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

28.24. O Instrumento Convocatório é parte integrante do Contrato.

28.25. Informações sobre o andamento da licitação poderão ser obtidas junto à Comissão de Licitações, nos dias úteis, das 8h às 11h e das 12h às 17h ou pelo telefone (33) 3416-1260 ou e-mail: licitacao@virginopolis.mg.gov.br. Ainda, poderão ser acompanhadas as fases através do Portal Eletrônico <https://licitar.digital/>.

Virginópolis, 04 de agosto de 2025.

Josué Arruda dos Santos
Autoridade Competente

Deise Fernandes de Moura
Pregoeira



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO: Pregão Eletrônico para Registro de preço para futura e eventual aquisição de pneus, protetor e câmara para todas as secretarias do município de Virginópolis/MG. A contratação seguirá as especificações do edital, seu Termo de Referência e demais anexos deste edital.

1. JUSTIFICATIVA

A aquisição de pneus e serviços correlatos é essencial para garantir a segurança, eficiência e operacionalidade da frota de veículos da Prefeitura de Virginópolis/MG. Os veículos municipais são utilizados em serviços públicos essenciais, como transporte escolar, saúde e segurança, o que demanda manutenção contínua e preventiva. Além disso, a substituição periódica dos pneus reduz custos de reparos emergenciais e melhora a eficiência operacional.

2. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES ESTIMADAS

Os pneus oferecidos/fornecidos deverão obrigatoriamente atender aos requisitos estabelecidos na Portaria INMETRO nº 482, de 7 de dezembro de 2010, ou em normas subsequentes que regulam a comercialização de pneus no mercado nacional. Cada pneu deve apresentar, de forma visível, legível e permanente, o selo de conformidade do INMETRO, atestando sua aprovação nos testes de qualidade, segurança e desempenho.

ITEM	PRODUTO	UNI	QUANT.
01	PNEU 175/65R14 Liso Certificado pelo INMETRO, com selo estampado, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado.	UNID	45
02	PNEU 225/60R18 Liso Certificado pelo INMETRO, com selo estampado, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado.	UNID	50
03	PNEU 205/60R16 Liso Certificado pelo INMETRO, com selo estampado, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado.	UNID	20
04	PNEU 215/65R16 Liso Certificado pelo INMETRO, com selo estampado, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado.	UNID	20
05	PNEU 175/70R14 Liso Certificado pelo INMETRO, com selo estampado, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado.	UNID	30
06	PNEU 750/16 Liso Certificado pelo INMETRO, com selo estampado, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado.	UNID	15
07	PNEU 185/60R15 Liso Certificado pelo INMETRO, com selo estampado, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado.	UNID	50
08	PNEU 225/75R16 Liso Certificado pelo INMETRO, com selo estampado, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado.	UNID	10
09	PNEU 205/70R15 Liso Certificado pelo INMETRO, com selo estampado, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado.	UNID	10



PREFEITURA MUNICIPAL DE VIRGINÓPOLIS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.307.512/0001-60



10	PNEU 275/80R22,5 Liso Certificado pelo INMETRO, com selo estampado, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado.	UNID	50
11	PNEU 185/65R15 Liso Certificado pelo INMETRO, com selo estampado, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado..	UNID	20
12	PNEU 205/60R15 Certificado pelo INMETRO, com selo estampado, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado.	UNID	10
13	PNEU 195/65R15 Certificado pelo INMETRO, com selo estampado, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado.	UNID	20
14	PNEU 225/65R16 Liso Certificado pelo INMETRO, com selo estampado, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado.	UNID	10
15	PNEU 215/75R17,5 Liso Certificado pelo INMETRO, com selo estampado, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado.	UNID	10
16	PNEU 1400/24 16 lonas Certificado pelo INMETRO, com selo estampado, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado.	UNID	30
17	PNEU 1000 R 20 Radial Liso 146/143L Certificado pelo INMETRO, com selo estampado, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado.	UNID	10
18	PNEU 1000 R 20 Radial Borrachudo 146/143 k Certificado pelo INMETRO, com selo estampado, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado.	UNID	10
19	PNEU 1000 R 20 Comum Liso 146/143L Certificado pelo INMETRO, com selo estampado, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado.	UNID	10
20	PNEU 14.9.24 12 Lonas com Câmara Certificado pelo INMETRO, com selo estampado, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado.	UNID	12
21	PNEU 19.5 L24 12 Lonas com Câmara Certificado pelo INMETRO, com selo estampado, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado.	UNID	14
22	PNEU 12.4/24 10 Lonas sem Câmara Certificado pelo INMETRO, com selo estampado, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado.	UNID	16
23	PNEU 1400/24 12 Lonas sem Câmara Certificado pelo INMETRO, com selo estampado, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado.	UNID	30
24	PNEU 16.9/24 Certificado pelo INMETRO, com selo estampado, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado.	UNID	12
25	Pneu 12.5-80/18 Certificado pelo INMETRO, com selo estampado, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado.	UNID	20
26	Pneu 12/16,5 Certificado pelo INMETRO, com selo estampado, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado.	UNID	10



PREFEITURA MUNICIPAL DE VIRGINÓPOLIS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.307.512/0001-60



27	Pneu 185/65R14 Certificado pelo INMETRO, com selo estampado, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado.	UNID	10
28	Pneu 195/55R15 Certificado pelo INMETRO, com selo estampado, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado.	UNID	10
29	Pneu 265/70R16 Certificado pelo INMETRO, com selo estampado, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado.	UNID	10
30	Pneu 235/75R17,5 LISO Certificado pelo INMETRO, com selo estampado, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado	UNID	10
31	Pneu 235/75R17,6 BORRACHUDO Certificado pelo INMETRO, com selo estampado, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado	UNID	10
32	Pneu 245/70R16 Certificado pelo INMETRO, com selo estampado, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado	UNID	10
33	Pneu 20.5/25 Certificado pelo INMETRO, com selo estampado, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado	UNID	10
34	Pneu 8-00/18 Certificado pelo INMETRO, com selo estampado, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado	UNID	10
35	Pneu 225/65R17 Certificado pelo INMETRO, com selo estampado, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado	UNID	10
36	Pneu 4.10/18 Certificado pelo INMETRO, com selo estampado, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado	UNID	08
37	Pneu 2.75/21 Certificado pelo INMETRO, com selo estampado, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado	UNID	08
38	Pneu 110.90/17 Certificado pelo INMETRO, com selo estampado, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado	UNID	08
39	Pneu 90.90/17 Certificado pelo INMETRO, com selo estampado, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado	UNID	08
40	Pneu 90.90/18 Certificado pelo INMETRO, com selo estampado, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado	UNID	08
41	Pneu 2.75/18 Certificado pelo INMETRO, com selo estampado, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado	UNID	08
42	Câmara de Aro 16 Certificado pelo INMETRO, com selo estampado, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado	UNID	20
43	PROTETOR Aro 16 Certificado pelo INMETRO, com selo estampado, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado	UNID	20
44	Câmara de Aro 20 Certificado pelo INMETRO, com selo estampado, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado	UNID	20
45	PROTETOR Aro 20 Certificado pelo INMETRO, com selo estampado, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado	UNID	20



PREFEITURA MUNICIPAL DE VIRGINÓPOLIS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.307.512/0001-60



46	Câmara de Aro 24 Certificado pelo INMETRO, com selo estampado, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado	UNID	20
47	PROTECTOR Aro 24 Certificado pelo INMETRO, com selo estampado, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado	UNID	20
48	Câmara de Aro 18 Certificado pelo INMETRO, com selo estampado, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado	UNID	12
49	Câmara de Aro 25 Certificado pelo INMETRO, com selo estampado, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado	UNID	12
50	Câmara de Aro 30 Certificado pelo INMETRO, com selo estampado, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado	UNID	04
51	Pneu 265/65R17 Certificado pelo INMETRO, com selo estampado, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado	UNID	12
52	Pneu 185/70R14 Certificado pelo INMETRO, com selo estampado, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado	UNID	10
53	Pneu 900X20 14 LONAS Certificado pelo INMETRO, com selo estampado, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado	UNID	34

O valor estimado dessa contratação é SIGILOSOSO nos termos do art. 24 da Lei nº 14.133/21:

Art. 24. Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, e, nesse caso:

I - o sigilo não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo;

Adicionalmente, os produtos deverão estar em conformidade com as seguintes normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

ABNT NBR NM 250:2001

Objetivo: Estabelece os requisitos e métodos de ensaio para pneus novos destinados a automóveis, seus derivados e rebocados.

- Aplicação: Focada em veículos de pequeno porte, como:
 - Carros de passeio.
 - Veículos derivados de automóveis (ex.: vans pequenas).
 - Reboques leves (trailers, carretas).
- Conteúdo principal:
 - Especificações mínimas para dimensões, carga e pressão.
 - Ensaio de desempenho, como resistência ao desgaste e testes de durabilidade.
- Requisitos para segurança e identificação obrigatória (marcações no pneu).

ABNT NBR NM 251:2001

Objetivo: Define os requisitos e métodos de ensaio para pneus novos destinados a camionetas, ônibus, caminhões e seus rebocados.

- Aplicação: Focada em veículos de grande porte, como:
 - Caminhonetes e SUVs (para uso comercial ou misto).
 - Ônibus e micro-ônibus.
 - Caminhões de carga pesada.
 - Reboques de caminhões (carretas e semirreboques).
- Conteúdo principal:



- Diretrizes específicas para carga, pressão e dimensões de pneus de grande porte.
- Ensaio de resistência ao impacto, carga máxima e desempenho em situações extremas.
- Requisitos de marcação e rastreabilidade (informações impressas no pneu, como códigos de fabricação).

2.1. HABILITAÇÃO TÉCNICA

O fornecedor deverá apresentar a seguinte documentação para comprovar sua qualificação técnica e compromisso com práticas sustentáveis:

- a) Atestado de Capacidade Técnica: Emitido por entidade pública ou privada, comprovando fornecimento similar ao objeto da licitação.
- b) Registro no IBAMA: Certificado de Registro no Cadastro Técnico Federal (CTF) do fabricante ou importador dos pneus, conforme Resolução CONAMA nº 416/2009.
- c) Licença Ambiental: Licença de Operação expedida por órgão ambiental competente para fabricação ou importação de pneus, não sendo exigida para comércio varejista ou atacadista de pneumáticos.
- d) Certificação de Qualidade: Certificado de conformidade emitido pelo Instituto da Qualidade Automotiva (IQA), válido para o fabricante dos pneus.

03. PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA

O Prazo de entrega dos pneus e demais itens desse certame, será de até 05 (cinco) dias úteis, podendo tal prazo ser prorrogado por solicitação da contratada, aceita segundo conveniência e oportunidade da contratante.

O contrato a ser firmado deverá ter duração de 12 (doze) meses. As entregas deverão ser efetuadas no Almoxarifado Central, no seguinte endereço: Rua João Batista Magalhães, n.º 30, Centro; em dias úteis, no horário de 07:00 às 16:00 horas – Virginópolis.

O fornecedor estará sujeito à fiscalização dos produtos no ato da entrega e em inspeções posteriores, reservando-se à Prefeitura Municipal, por meio do responsável designado por cada secretaria, o direito de rejeitar os produtos que não atendam às condições especificadas ou que não sejam de primeira qualidade, conforme exigências contratuais.

Para todos os produtos, os seguintes critérios deverão ser considerados pré-requisitos para o recebimento:

- Peso correto;
- Unidade conforme especificação;
- Qualidade em conformidade com os padrões exigidos no edital e no contrato.

O transporte e a descarga dos produtos nos locais designados correrão integralmente por conta da empresa vencedora, sem qualquer custo adicional a ser repassado à Prefeitura.

Caso os produtos sejam entregues em desacordo com os requisitos estabelecidos ou em quantidade inferior ao contratado, a empresa será notificada e deverá providenciar a substituição ou complementação no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de aplicação das sanções previstas em contrato.

A Prefeitura reserva-se o direito de, a qualquer momento durante o certame ou a execução contratual, realizar testes que comprovem a qualidade do produto ofertado. Caso o produto seja considerado insatisfatório em qualquer das análises realizadas, este será automaticamente rejeitado e deverá ser substituído de forma imediata e sem ônus para a Administração.

No caso de suspeita ou constatação de irregularidades nos produtos entregues, a Prefeitura poderá enviá-los a um laboratório devidamente qualificado para elaboração de laudos conclusivos. Se for comprovado que o produto não atende às especificações contratuais ou contém características que contrariem as exigências deste Termo de



Referência, todas as despesas decorrentes da análise e da substituição serão de responsabilidade da empresa contratada.

O recebimento será efetivado nos seguintes termos:

- PROVISORIAMENTE, para efeito de posterior verificação do produto ofertado com as especificações constantes neste Termo de Referência, e similaridade com as especificações apresentadas na proposta de preços.
- DEFINITIVAMENTE, após a verificação da qualidade e quantidade do produto e consequente aceitação pelo fiscal do contrato.

A empresa vencedora do certame obriga-se a fornecer o objeto a que se refere este Termo de Referência de acordo estritamente com as especificações aqui descritas, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo quando constatado no seu recebimento não estar em conformidade com as referidas especificações.

Recebido o objeto, se a qualquer tempo durante a sua utilização normal vier a se constatar discrepância com as especificações, proceder-se-á a imediata notificação da empresa a ser contratada para efetuar a substituição do mesmo.

Deverão ser atendidas pela empresa a ser contratada além das determinações da fiscalização desta Prefeitura, todas as prescrições que por circunstância da lei devam ser acatadas.

A empresa contratada deverá no tocante ao fornecimento e entrega do item objeto deste Certame, OBEDECER rigorosamente às disposições legais pertinentes.

No tocante aos produtos discriminados neste Certame ficam expressamente definidos que os mesmos deverão ser de primeira qualidade.

4. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

A contratada deverá observar integralmente as seguintes obrigações e responsabilidades no fornecimento dos produtos:

- Conformidade com o Termo de Referência
- Fornecer os produtos em total conformidade com as especificações técnicas detalhadas no Item 3 deste Termo de Referência, garantindo que atendam às normas vigentes e às exigências do edital.
- Responsabilidade pela Execução
- Responsabilizar-se integralmente pela execução do objeto contratado, em estrita observância à legislação aplicável, incluindo normas técnicas e regulamentos específicos.
- Submissão à Fiscalização
- Submeter-se à fiscalização realizada por cada secretaria requisitante, por meio do servido designado, que acompanhará o fornecimento dos produtos. A fiscalização incluirá a orientação, supervisão e intervenção sempre que necessário, com o objetivo de assegurar o cumprimento das condições contratuais.
- Cumprimento de Normas e Regulamentos
- Cumprir, além das disposições legais federais, estaduais e municipais, as normas e regulamentações internas da Prefeitura Municipal de Virgínpolis (MG), respeitando os critérios administrativos e operacionais estabelecidos.
- Adesão à Lei nº 14.133/2021
- Observar integralmente as obrigações e responsabilidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente no que tange à manutenção das condições de habilitação, à regularidade fiscal e trabalhista e à qualidade técnica do objeto fornecido durante toda a vigência contratual.

7. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

- Fiscalização da Execução do Contrato
- Exercer a fiscalização contínua da execução do objeto, por meio do fiscal designado, em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.
- Notificação de Irregularidades



- Notificar, de forma formal e tempestiva, a Contratada sobre qualquer irregularidade identificada nos materiais entregues, garantindo que medidas corretivas sejam tomadas no prazo estipulado.
- Pagamentos
- Efetuar os pagamentos devidos à Contratada, conforme os termos estabelecidos no contrato, desde que todas as exigências e condições contratuais tenham sido devidamente cumpridas.
- Rejeição de Produtos Não-Conformes
- Rejeitar, de forma justificada, quaisquer produtos que não atendam aos padrões especificados nas condições técnicas e recomendações apresentadas pela Contratante, solicitando sua substituição imediata.
- Cumprimento das Cláusulas Contratuais
- Cumprir e assegurar o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste Termo de Referência, promovendo a boa execução do contrato e a defesa do interesse público.

8. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O Servidor Hélio Nunes Rezende da Secretaria Municipal de Administração e fazenda, será responsável pela gestão do contrato, no que compete à execução do fornecimento dos produtos contratados. A gestão observará integralmente todos os aspectos contratuais, em conformidade com os requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei nº 14.133/2021 ou normas substitutivas aplicáveis.

O fiscal do contrato deverá manter um registro próprio de todas as ocorrências relacionadas à execução contratual, incluindo faltas, defeitos ou inconformidades identificadas. O fiscal determinará as providências necessárias para a regularização dos problemas observados, garantindo o cumprimento integral do contrato.

- Designação dos Fiscais do Contrato

A fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais será realizada por meio do responsável designado por cada secretaria, nomeados na Portaria nº 09 de 22 de janeiro de 2025 e 42 de 16 de maio de 2025.

O mesmo terá a responsabilidade de acompanhar a execução do contrato, verificando o atendimento às especificações contratuais, emitindo relatórios e instruindo a adoção de medidas corretivas quando necessário.

9. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, serão consideradas infrações administrativas as seguintes condutas praticadas pelo Contratado:

9.1. Infrações Administrativas

- a) Causar a inexecução parcial do contrato;
- b) Causar a inexecução parcial do contrato que resulte em grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Causar a inexecução total do contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta apresentada, salvo em caso de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Recusar-se a celebrar o contrato ou a entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- g) Retardar, sem justificativa válida, a execução ou a entrega do objeto contratado;
- h) Apresentar declarações ou documentos falsos durante o certame ou na execução do contrato;
- i) Fraudar a contratação ou praticar qualquer ato fraudulento na execução do contrato;
- j) Adotar comportamento inidôneo ou praticar fraudes de qualquer natureza;
- k) Praticar atos ilícitos destinados a frustrar os objetivos da contratação;



l) Praticar atos lesivos previstos no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. Sanções Aplicáveis

Para as infrações administrativas descritas, poderão ser aplicadas as seguintes sanções:

a) Advertência: Aplicável nos casos de inexecução parcial do contrato, desde que a gravidade não justifique penalidade mais severa (art. 156, §2º);

b) Impedimento de Licitar e Contratar: Aplicável às infrações descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g, quando não for justificada a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º);

c) Declaração de Inidoneidade: Aplicável às infrações descritas nas alíneas h, i, j, k e l, bem como às alíneas b, c, d, e, f e g, nos casos em que seja justificada penalidade mais severa (art. 156, §5º);

d) Multa: Aplicável como penalidade moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias.

9.3. Disposições Gerais sobre Sanções

a) As sanções previstas não excluem a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º).

b) As sanções podem ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme art. 156, §7º.

c) Antes da aplicação de qualquer multa, será assegurado ao Contratado o direito à defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de sua intimação (art. 157).

9.4. Procedimentos Relacionados às Sanções

a) Caso as multas ou indenizações excedam o valor devido pelo Contratante ao Contratado, a diferença será descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

b) A cobrança administrativa da multa poderá ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias a partir da comunicação da autoridade competente.

9.5. Critérios para Aplicação das Sanções

Na aplicação das sanções, serão considerados os seguintes critérios (art. 156, §1º):

a) A natureza e gravidade da infração;

b) As peculiaridades do caso concreto;

c) Circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) Danos causados ao Contratante;

e) A existência ou aperfeiçoamento de programa de integridade pela empresa infratora.

9.6. Infrações Administrativas e Atos Lesivos

Infrações administrativas previstas na Lei nº 14.133, de 2021, que também configurem atos lesivos definidos pela Lei nº 12.846, de 2013, serão apuradas conjuntamente, com observância dos ritos processuais e da autoridade competente (art. 159).

9.7. Desconsideração da Personalidade Jurídica

A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada em casos de abuso de direito, fraude, confusão patrimonial ou prática de atos ilícitos, estendendo-se as sanções aos sócios e administradores com poderes de gestão (art. 160).

9.8. Publicidade das Sanções

As sanções aplicadas serão comunicadas e publicadas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis (art. 161).

9.9. Reabilitação

As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade são passíveis de reabilitação, conforme disposto no art. 163 da Lei nº 14.133/2021.



10. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, com fulcro no artigo 106 da Lei nº14.133/2021, podendo ser prorrogado.

11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Exercício	Ficha	Fonte de recurso	Dotação
2025	30	1.500.000	02.01.01.04.122.0102.2002.3.3.90.30.00
2025	74	1.500.000	02.02.01.06.181.0011.2011.3.3.90.30.00
2025	169	1.500.000 1.750.000 1.720.000	02.04.01.04.122.0054.2040.3.3.90.30.00
2025	205	1.500.000 1.708.000 1.720.000	02.04.01.15.452.0055.2043.3.3.90.30.00
2025	247	1.500.000	02.06.01.08.122.0012.2050.3.3.90.30.00
2025	239	1.500.000 1.750.000 1.720.000	02.04.01.26.782.0092.2049.3.3.90.30.00
2025	385	1.500.000	02.07.01.18.541.0066.2137.3.3.90.36.00
2025	397	1.500.000	02.07.01.20.605.0072.2077.3.3.90.36.00
2025	463	1.500.000 1.600.000 1.621.000	02.08.01.10.301.0021.2128.3.3.90.30.00
2025	489	1.500.000	02.08.01.10.302.0019.2092.3.3.90.30.00
2025	476	1.600.000 1.621.000	02.08.01.10.301.0028.2129.3.3.90.30.00
2025	542	1.500.000	02.10.01.12.122.0036.2018.3.3.90.30.00
2025	558	1.500.000 1.550.000 1.553.000 1.569.000 1.576.000	02.10.01.12.361.0036.2101.3.3.90.30.00

12. DAS CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO

O pagamento pelo fornecimento do objeto solicitado será realizado em até 30 (trinta) dias após a entrega, mediante aceitação pela fiscalização da Secretaria requisitante, desde que atendidas as condições a seguir:

Atestado de entrega: O pagamento será efetuado somente após a comprovação e atesto da entrega dos materiais pelo setor requisitante.

Documentação exigida: O pagamento dependerá da apresentação dos seguintes documentos:

- Nota fiscal correspondente;
- Certidões negativas de débito do INSS, FGTS, Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- Número da conta bancária para efetivação do depósito ou crédito;
- Guias pagas do PIS e COFINS, referentes ao mês anterior ao fornecimento dos produtos faturados;
- Para empresas optantes pelo Simples Nacional, apresentar guia DAS devidamente paga, acompanhada da declaração e comprovante de enquadramento no Simples Nacional.

Vedação à antecipação: É expressamente proibida a antecipação de pagamentos sem a devida contraprestação pelos produtos fornecidos.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE VIRGINÓPOLIS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.307.512/0001-60



A Administração poderá, a qualquer momento, revogar a presente licitação ou rescindir o contrato, por motivo de interesse público devidamente justificado. Além disso, a anulação da licitação deverá ser realizada nos casos de ilegalidade, seja de ofício ou mediante provocação de terceiro.

De acordo com a Lei Complementar nº 123/2006, serão concedidos, no que couber, os benefícios estabelecidos para microempresas e empresas de pequeno porte. Esses benefícios ficam limitados às empresas que, no ano-calendário de realização da licitação, não tenham celebrado contratos com a Administração Pública que, somados, extrapolem a receita bruta máxima para enquadramento como empresa de pequeno porte. Para tanto, será exigida dos licitantes uma declaração de cumprimento desse limite.

Eventuais omissões no presente Termo de Referência serão supridas pela aplicação da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações. Dúvidas e esclarecimentos devem ser encaminhados à Prefeitura Municipal de Virginópolis (MG) ou a quem for por ela designado, no endereço constante deste Termo de Referência.

A responsabilidade pela contratação do objeto do presente certame será da Prefeitura Municipal de Virginópolis-MG.

Virginópolis/ MG, 04 de agosto de 2025.

Hélio Nunes Rezende
Secretário Municipal de Administração e Fazenda



ANEXO II

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 073/2025

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 018/2025

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º.*/2025

Ata de Registro de Preços referente ao registro de preço para futura e eventual aquisição de pneus, protetor e câmara para todas as secretarias do município de Virginópolis/MG, celebrada entre o MUNICÍPIO DE VIRGINÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 18.307.512/0001-60, com sede na Rua Felix Gomes, n.º 290, Centro, na cidades de Virginópolis/MG, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. Josué Arruda dos Santos, portador do CPF N.º 045*****-61, Carteira de Identidade MG 116*****93, residente e domiciliado nesta cidade de Virginópolis, doravante denominada ÓRGÃO GERENCIADOR e a empresa (NOME DA EMPRESA) , com sede na , nº, Bairro , na cidade de / , CEP , inscrita no CNPJ/MF neste ato representada pelo seu

senhor(a), portador(a) do CPF n.º , E-MAIL INSTITUCIONAL:

, doravante denominada FORNECEDOR, TERMO DE COMPROMISSO este cuja celebração foi autorizada em conformidade com o Processo Licitatório nº 073/2025, modalidade PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2025, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores, tendo justo e pactuado o que se segue, mediante as cláusulas e condições infra-enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente instrumento, o registro de preço para futura e eventual aquisição de pneus, protetor e câmara para todas as secretarias do município de Virginópolis/MG.

1.2 - Descrição detalhada do objeto citado no item anterior:

ITEM	PRODUTO	UNI	QUANT.	V.UNIT	V.GLOBAL

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA

2.1 O Prazo de entrega dos pneus e demais itens desse certame, será de até 05 (cinco) dias úteis, podendo tal prazo ser prorrogado por solicitação da contratada, aceita segundo conveniência e oportunidade da contratante.

2.2 O contrato a ser firmado deverá ter duração de 12 (meses) meses. As entregas deverão ser efetuadas no Almoxarifado Central, no seguinte endereço: Rua João Batista Magalhães, n.º 30, Centro; em dias úteis, no horário de 07:00 às 16:00 horas – Virginópolis.

2.3 O fornecedor estará sujeito à fiscalização dos produtos no ato da entrega e em inspeções posteriores, reservando-se à Prefeitura Municipal, por meio do responsável designado, o direito de rejeitar os produtos que não atendam às condições especificadas ou que não sejam de primeira qualidade, conforme exigências contratuais.

2.4 Para todos os produtos, os seguintes critérios deverão ser considerados pré-requisitos para o recebimento:

- Peso correto;
- Unidade conforme especificação;
- Qualidade em conformidade com os padrões exigidos no edital e no contrato.

2.5 O transporte e a descarga dos produtos nos locais designados correrão integralmente por conta da empresa vencedora, sem qualquer custo adicional a ser repassado à Prefeitura.

2.6 Caso os produtos sejam entregues em desacordo com os requisitos estabelecidos ou em quantidade inferior ao contratado, a empresa será notificada e deverá providenciar a substituição ou complementação no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de aplicação das sanções previstas em contrato.



2.7 A Prefeitura reserva-se o direito de, a qualquer momento durante o certame ou a execução contratual, realizar testes que comprovem a qualidade do produto ofertado. Caso o produto seja considerado insatisfatório em qualquer das análises realizadas, este será automaticamente rejeitado e deverá ser substituído de forma imediata e sem ônus para a Administração.

2.8 No caso de suspeita ou constatação de irregularidades nos produtos entregues, a Prefeitura poderá enviá-los a um laboratório devidamente qualificado para elaboração de laudos conclusivos. Se for comprovado que o produto não atende às especificações contratuais ou contém características que contrariem as exigências deste Termo de Referência, todas as despesas decorrentes da análise e da substituição serão de responsabilidade da empresa contratada.

2.9 O recebimento será efetivado nos seguintes termos:

2.9.1 PROVISORIAMENTE, para efeito de posterior verificação do produto ofertado com as especificações constantes neste Termo de Referência, e similaridade com as especificações apresentadas na proposta de preços.

2.9.2 DEFINITIVAMENTE, após a verificação da qualidade e quantidade do produto e consequente aceitação pelo fiscal do contrato.

2.10 A empresa vencedora do certame obriga-se a fornecer o objeto a que se refere este Ata de Registro de Preço de acordo estritamente com as especificações aqui descritas, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo quando constatado no seu recebimento não estar em conformidade com as referidas especificações.

2.11 Recebido o objeto, se a qualquer tempo durante a sua utilização normal vier a se constatar discrepância com as especificações, proceder-se-á a imediata notificação da empresa a ser contratada para efetuar a substituição do mesmo.

2.12 Deverão ser atendidas pela empresa a ser contratada além das determinações da fiscalização desta Prefeitura, todas as prescrições que por circunstância da lei devam ser acatadas.

2.13 A empresa contratada deverá no tocante ao fornecimento e entrega do item objeto deste Certame, OBEDECER rigorosamente às disposições legais pertinentes.

2.14 No tocante aos produtos discriminados neste Certame ficam expressamente definidos que os mesmos deverão ser de primeira qualidade.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

3.1 A contratada deverá observar integralmente as seguintes obrigações e responsabilidades no fornecimento dos produtos:

3.2 Fornecer os produtos em total conformidade com as especificações técnicas detalhadas na Ata de Registro de Preço, garantindo que atendam às normas vigentes e às exigências do edital.

3.3 Responsabilizar-se integralmente pela execução do objeto contratado, em estrita observância à legislação aplicável, incluindo normas técnicas e regulamentos específicos.

3.4 Submeter-se à fiscalização realizada pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, por meio do setor competente, que acompanhará o fornecimento dos produtos. A fiscalização incluirá a orientação, supervisão e intervenção sempre que necessário, com o objetivo de assegurar o cumprimento das condições contratuais.

3.5 Cumprir, além das disposições legais federais, estaduais e municipais, as normas e regulamentações internas da Prefeitura Municipal de Virginópolis (MG), respeitando os critérios administrativos e operacionais estabelecidos.

3.6 Observar integralmente as obrigações e responsabilidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente no que tange à manutenção das condições de



habilitação, à regularidade fiscal e trabalhista e à qualidade técnica do objeto fornecido durante toda a vigência contratual.

3.7 É dever do proponente vencedor, cumprir com todas as normas regulamentadoras para com a comercialização do objeto licitado.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

4.1 Exercer a fiscalização contínua da execução do objeto, por meio do fiscal designado, em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

4.2 Notificar, de forma formal e tempestiva, a Contratada sobre qualquer irregularidade identificada nos materiais entregues, garantindo que medidas corretivas sejam tomadas no prazo estipulado.

4.3 Efetuar os pagamentos devidos à Contratada, conforme os termos estabelecidos no contrato, desde que todas as exigências e condições contratuais tenham sido devidamente cumpridas.

4.4 Rejeitar, de forma justificada, quaisquer produtos que não atendam aos padrões especificados nas condições técnicas e recomendações apresentadas pela Contratante, solicitando sua substituição imediata.

4.5 Cumprir e assegurar o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço, promovendo a boa execução do contrato e a defesa do interesse público.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR

5.1 Dá-se ao presente instrumento o valor de R\$...... (.).

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Exercício	Ficha	Fonte de recurso	Dotação
2025	30	1.500.000	02.01.01.04.122.0102.2002.3.3.90.30.00
2025	74	1.500.000	02.02.01.06.181.0011.2011.3.3.90.30.00
2025	169	1.500.000 1.750.000 1.720.000	02.04.01.04.122.0054.2040.3.3.90.30.00
2025	205	1.500.000 1.708.000 1.720.000	02.04.01.15.452.0055.2043.3.3.90.30.00
2025	247	1.500.000	02.06.01.08.122.0012.2050.3.3.90.30.00
2025	239	1.500.000 1.750.000 1.720.000	02.04.01.26.782.0092.2049.3.3.90.30.00
2025	385	1.500.000	02.07.01.18.541.0066.2137.3.3.90.36.00
2025	397	1.500.000	02.07.01.20.605.0072.2077.3.3.90.36.00
2025	463	1.500.000 1.600.000 1.621.000	02.08.01.10.301.0021.2128.3.3.90.30.00
2025	489	1.500.000	02.08.01.10.302.0019.2092.3.3.90.30.00
2025	476	1.600.000 1.621.000	02.08.01.10.301.0028.2129.3.3.90.30.00
2025	542	1.500.000	02.10.01.12.122.0036.2018.3.3.90.30.00
2025	558	1.500.000 1.550.000 1.553.000 1.569.000 1.576.000	02.10.01.12.361.0036.2101.3.3.90.30.00

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTE



7.1 O pagamento pelo fornecimento do objeto solicitado será realizado em até 30 (trinta) dias após a entrega, mediante aceitação pela fiscalização da Secretaria requisitante, desde que atendidas as condições a seguir:

- a) Atestado de entrega: O pagamento será efetuado somente após a comprovação e atesto da entrega dos materiais pelo setor requisitante.
- b) Documentação exigida: O pagamento dependerá da apresentação dos seguintes documentos:
 - I) Nota fiscal correspondente;
 - II) Certidões negativas de débito do INSS, FGTS, Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
 - III) Número da conta bancária para efetivação do depósito ou crédito;
 - IV) Guias pagas do PIS e COFINS, referentes ao mês anterior ao fornecimento dos produtos faturados;
 - V) Para empresas optantes pelo Simples Nacional, apresentar guia DAS devidamente paga, acompanhada da declaração e comprovante de enquadramento no Simples Nacional.
- c) Vedação à antecipação: É expressamente proibida a antecipação de pagamentos sem a devida contraprestação pelos produtos fornecidos.

7.2 O reajuste de preços obedecerá aos índices estabelecidos pelo Governo Federal ou fabricantes.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. O registro do licitante vencedor será cancelado pelo órgão ou entidade gerenciadora quando:

- a) descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- b) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.2. No caso do inciso IV deste artigo, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapassar o prazo de vigência contratual, e caso não seja o órgão ou entidade gerenciadora o responsável pela aplicação da sanção, poderá o órgão ou entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, garantido o contraditório e a ampla defesa, decidir pela manutenção dos preços.

8.3. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput deste artigo será formalizado por despacho do órgão ou entidade gerenciadora, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

8.4. O cancelamento do contrato, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados:

- a) razões de interesse público;
- b) cancelamento de todos os preços registrados; ou
- c) caso fortuito ou força maior, a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, e poderá ser prorrogada, por igual período, a critério da Administração, desde que comprovado o preço vantajoso.

Parágrafo Primeiro: Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a CONTRATANTE não estará obrigada a adquirir os produtos citados na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema Registro de Preços, podendo fazê-lo por meio de outra licitação, quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de



qualquer espécie ao FORNECEDOR, sendo, entretanto, assegurada ao beneficiário do registro, a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Parágrafo Segundo: A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados, e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

Parágrafo Terceiro – Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

10.1 O licitante registrado na Ata de Registro de Preços estará obrigado a fornecer, quando solicitados, quantitativos superiores àqueles registrados, em função do direito de acréscimo de até 25% (vinte e cinco por cento) conforme estabelecido na Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E ATOS LESIVOS

11.1 Para as infrações administrativas descritas, poderão ser aplicadas as seguintes sanções:

- a) Advertência: Aplicável nos casos de inexecução parcial do contrato, desde que a gravidade não justifique penalidade mais severa (art. 156, §2º);
- b) Impedimento de Licitar e Contratar: Aplicável às infrações descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g, quando não for justificada a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º);
- c) Declaração de Inidoneidade: Aplicável às infrações descritas nas alíneas h, i, j, k e l, bem como às alíneas b, c, d, e, f e g, nos casos em que seja justificada penalidade mais severa (art. 156, §5º);
- d) Multa: Aplicável como penalidade moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias.

11.2 Disposições Gerais sobre Sanções

- a) As sanções previstas não excluem a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º).
- b) As sanções podem ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme art. 156, §7º.
- c) Antes da aplicação de qualquer multa, será assegurado ao Contratado o direito à defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de sua intimação (art. 157).

11.2 Procedimentos Relacionados às Sanções

- a) Caso as multas ou indenizações excedam o valor devido pelo Contratante ao Contratado, a diferença será descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente (art. 156, §8º).
- b) A cobrança administrativa da multa poderá ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias a partir da comunicação da autoridade competente.

11.3 Critérios para Aplicação das Sanções

11.3.1 Na aplicação das sanções, serão considerados os seguintes critérios (art. 156, §1º):

- a) A natureza e gravidade da infração;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) Circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Danos causados ao Contratante;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VIRGINÓPOLIS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.307.512/0001-60



e) A existência ou aperfeiçoamento de programa de integridade pela empresa infratora.

11.4 Infrações Administrativas e Atos Lesivos

11.4.1 Infrações administrativas previstas na Lei nº 14.133, de 2021, que também configurem atos lesivos definidos pela Lei nº 12.846, de 2013, serão apuradas conjuntamente, com observância dos ritos processuais e da autoridade competente (art. 159).

11.5. Desconsideração da Personalidade Jurídica

11.5.1 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada em casos de abuso de direito, fraude, confusão patrimonial ou prática de atos ilícitos, estendendo-se as sanções aos sócios e administradores com poderes de gestão (art. 160).

11.6 Publicidade das Sanções

11.6.1 As sanções aplicadas serão comunicadas e publicadas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis (art. 161).

11.7 Reabilitação

11.7.1 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade são passíveis de reabilitação, conforme disposto no art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1 As partes elegem, para solução judicial de qualquer questão oriunda da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, o foro da Comarca de Virginópolis/MG, excluindo qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede do ÓRGÃO GERENCIADOR.

Virginópolis/MG.....de.....de.....

Gerenciador

Fornecedor

TESTEMUNHA 1 – CPF Nº:

TESTEMUNHA 2 – CPF Nº: